

PÁG 2 Rodrigo Ferreira assume presidência da Abraceel em 2022

PÁG 4 Abraceel discute planejamento estratégico para 2022

PÁG 6 Abraceel discute Segurança de Mercado com o Diretor Sandoval

PÁG 9 Cpamp avança na adoção do PAR(p)-A e novos parâmetros do CVaR para 2023

PÁG 11 Abraceel apresenta proposta de monitoramento da alavancagem ao Fase

PÁG 13 Conselheiro Marcelo Loureiro apresenta nota técnica sobre abertura do mercado da CCEE em primeira mão para a Abraceel

PÁG 16 Abraceel na Mídia

PÁG 17 Curtas

PÁG 22 Próxima semana

PÁG 23 Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Rodrigo Ferreira assume presidência da Abraceel em 2022

Matéria em 1 minuto:

- Reginaldo Medeiros deixará o cargo em 31 de dezembro de 2021 e passará o bastão para o jornalista Rodrigo Ferreira, que será o novo presidente executivo a partir de 2022.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em reunião com as empresas associadas, no dia 19.10, o Conselho de Administração da Abraceel anunciou Rodrigo Ferreira como novo presidente executivo da Associação a partir de janeiro de 2022.

Na ocasião, Ricardo Lisboa disse que Reginaldo optou por encerrar um ciclo de 11 anos à frente da Abraceel e que foi um dos maiores responsáveis pelo destaque que alcançamos nos últimos anos. Prosseguiu afirmando que para dar continuidade à agenda do mercado, estamos recebendo Rodrigo, que é um nome de muita credibilidade no setor e com quem a associação tem uma longa história de parceria.



Rodrigo afirmou que recebeu com muita satisfação o convite para presidir a Abraceel e que se sente honrado em substituir Reginaldo. Disse que sempre teve uma relação muito próxima com os comercializadores e nunca deixou de defender e buscar a ampliação do mercado livre de energia para todos os consumidores. Finalizou dizendo que um dos maiores desafios será o de levar a mensagem do mercado livre de energia para fora do setor elétrico nacional, de maneira a sensibilizar e engajar a sociedade brasileira.

À frente da Associação desde 2011, Reginaldo desempenhou um papel fundamental de articulação para apresentar e implantar propostas que melhorassem o ambiente de negócios em favor do mercado e do consumidor de energia elétrica. Sob sua gestão, a associação mais que dobrou o número de associadas, alcançando hoje 106 empresas.

Reginaldo destacou que sempre teve muito orgulho em trabalhar na Abraceel e se pudesse destacar três pontos no modelo de sucesso da associação seriam: (a) a defesa



intransigente de propostas estruturantes para o setor como um novo desenho de mercado onde o consumidor tem um papel de protagonista supremo; (b) o modelo de governança onde a eleição direta dos Conselheiros permite uma renovação constante de pessoas e ideias e; (c) a manutenção de uma equipe técnica competente na Diretoria Executiva.

Confira no nosso canal do YouTube o momento do anúncio na reunião do Conselho:

[Acesse o vídeo clicando aqui.](#)

Aos 46 anos, Rodrigo Ferreira é jornalista especializado em energia elétrica, atuando nesse mercado há 22 anos. Fundou, presidiu e foi publisher do Grupo CanalEnergia, empresa de jornalismo, eventos e treinamento especializada em energia elétrica, entre 2000 e 2020.

Sua relação com a Abraceel e junto ao mercado livre de energia vem de longa data: em 2008 foi um dos cinco homenageados pela Abraceel com a medalha “Mercado Livre 10 anos” pela relevante contribuição ao mercado nos primeiros dez anos desde a criação da primeira comercializadora de energia elétrica. Em 2009 criou o Encontro Anual do Mercado Livre, principal evento do mercado livre de energia no país.

Em 2012 coordenou a campanha “2012: o ano do Mercado Livre” em parceria com diversas associações setoriais e implementou o primeiro curso dedicado especialmente à formação de operador do mercado de energia elétrica no Brasil, novamente em parceria com a Abraceel. Em 2015 recebeu também da Abraceel o título de “Personalidade do Ano” e, finalmente, em 2019, ao deixar a presidência do Grupo CanalEnergia recebeu de todas as 24 associações que integravam o Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase) uma homenagem especial pelos relevantes serviços prestados ao setor elétrico nacional como jornalista especializado e líder do Grupo CanalEnergia. Ferreira assume a presidência da Abraceel em 24 de janeiro de 2022 para um mandato de dois anos.



Abraceel discute planejamento estratégico para 2022

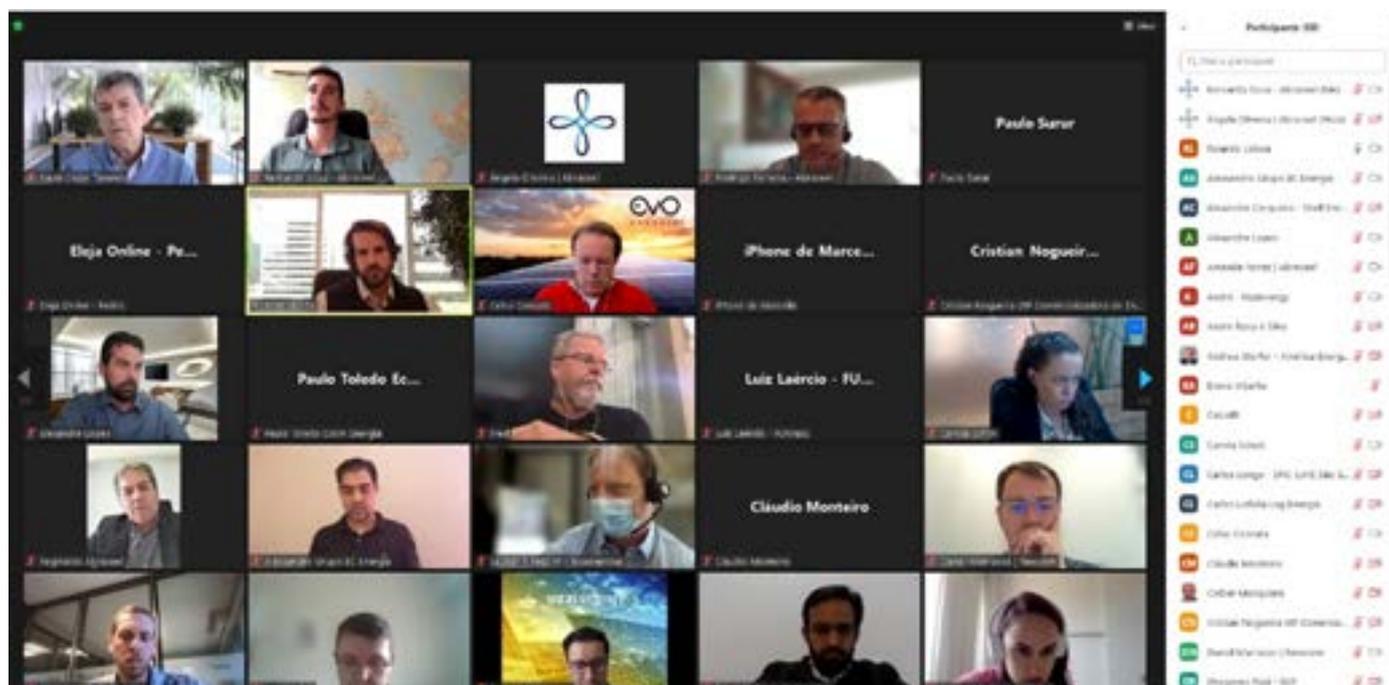
Matéria em 1 minuto:

- Associadas discutiram, em dois dias, as próximas bandeiras da Associação;
- Apresentamos também os feitos da Associação ao longo do ano de 2021;
- O documento final será consolidado pela Diretoria Executiva e encaminhado em breve para as considerações finais das associadas.



Tempo de leitura:
3 minutos

Semelhantemente a 2020, o planejamento estratégico da Abraceel ocorreu de forma integralmente online e realizado por Donato Filho, da Volt Robotics, para definir as prioridades de atuação da Associação para os próximos anos.



Bernardo Sicsú, diretor da Abraceel, destacou os principais feitos da Associação com as bandeiras vigentes, com destaque para o recorde da pesquisa Datafolha sobre o que pensa e quer o brasileiro do setor elétrico, os estudos que ainda estão em andamento, como o da PSR sobre aprimoramentos na formação de preços por modelo, e os estudos já concluídos, como o da VoltRobotics sobre monitoramento da alavancagem.



Donato realizou pesquisa com as associadas para entender a percepção das metas para o próximo ano. Além disso, realizou também uma pesquisa inovadora com os principais stakeholders da Abraceel para compreensão das forças e desafios que a Associação transpõe para o mercado.

Ricardo Lisboa, presidente do Conselho de Administração da Abraceel, reforçou que a Associação está alinhada com a comunicação dos agentes do mercado e que Rodrigo Ferreira, novo presidente da Abraceel a partir de 2022, vem para somar sobre esse tema.

Rodrigo também reiterou a importância da percepção fora do setor elétrico, sobre a importância do mercado livre de energia. Além disso, reforçou a necessidade da união das associadas para que essa percepção realmente ocorra e chegue a toda a sociedade. No primeiro dia foi discutida a principal bandeira da Abraceel, expansão do mercado livre, e no segundo, formação de preços e segurança de mercado. São essas as três bandeiras que nortearão as ações da Abraceel.

O documento final que será consolidado pela Diretoria Executiva encaminhará o resultado das discussões para as considerações finais das associadas e será enviado em breve.

As apresentações realizadas estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

Agradecemos à toda a equipe da Volt Robotics, liderada por Donato Filho, pela excelente condução do evento.

Agradecemos também às associadas pela participação nas discussões do planejamento.

No dia 21.10, aconteceu também a Assembleia Geral Extraordinária – AGE para deliberação sobre eventuais mudanças no Estatuto Social da Abraceel. As duas perguntas foram realizadas:

“Deve ser criada a figura do Conselheiro Independente, escolhido pelos oito conselheiros eleitos pelos associados, nos termos da nova redação do Estatuto Social enviado a todos previamente?”

“Para se candidatar ao Conselho de Administração da Abraceel, a empresa associada deve ter, pelo menos, um ano de filiação à Abraceel, nos termos da nova redação do Estatuto Social enviado a todos previamente?”

As duas perguntas obtiveram a mesma quantidade de votos (50 votos) e 86% de aprovação, e, portanto, foram aprovadas. Assim, a AGE foi encerrada.



Abraceel discute Segurança de Mercado com o Diretor Sandoval

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel apresentou a proposta de monitoramento de alavancagem para o Diretor Sandoval Feitosa;
- Reforçou-se o comprometimento da associação com o tema de segurança do mercado;
- Também se debateu a contribuição da Abraceel à CP Aneel 51/21, em que foi destacada a necessidade de evitar burocratização desnecessária.



Tempo de leitura:
5 minutos

A Abraceel se reuniu, no dia 21.10, com o Diretor da Aneel Sandoval Feitosa a fim de discutir dois temas: (i) a proposta de monitoramento de alavancagem Abraceel, elaborada em parceria com a Volt Robotics e Elekto; e (ii) a CP Aneel 51/21, que trata da proposta de alteração nos critérios de entrada, manutenção e saída dos agentes do mercado de energia. A pauta em questão aborda a segurança de mercado, bandeira do planejamento estratégico da associação.

Frederico Rodrigues iniciou a reunião comentando sobre como a Abraceel está sempre aberta a discutir a abertura de mercado e sugeriu que, em uma outra ocasião, ocorra esse debate com o diretor Sandoval. Em seguida, prosseguiu para apresentar a metodologia proposta para monitoramento da alavancagem, que já foi detalhada em relatório passado.





Durante a apresentação, houve questionamento por parte da Aneel sobre como se asseguraria a confiabilidade dos dados. A Abraceel mostrou que a proposta é simples, na qual os próprios agentes fariam o mapeamento de suas posições, conforme metodologia aprovada pela Aneel e com base em balanços auditados, publicando os resultados nos prazos requeridos, sempre sujeitos à fiscalização da CCEE e do regulador.

Em seguida, ao se discutir o volume transacionado dos agentes em relação ao capital social da empresa, Sandoval apontou que essa não é necessariamente a melhor medida para se verificar a exposição de uma empresa. Bernardo Sicsú concordou e explicou que a intenção não é se basear no volume transacionado, mas sim em cenários de stress de preços de mercado. Também frisou que um dos princípios da metodologia proposta é trazer para o monitoramento das operações uma lógica de risco já aplicada no mercado, ampliando a cultura de gestão de risco no setor.



Ao finalizar a apresentação acerca do monitoramento de alavancagem, a Abraceel reforçou a necessidade de que sejam estabelecidos critérios de governança e sigilo para os agentes, para a CCEE e para a Aneel.

A Abraceel também reforçou compromisso que mantém desde sempre, de contribuir para o aprimoramento da segurança de mercado, tendo contribuído em questões essenciais para o mercado.

Critérios de autorização de comercializadores

Em seguida, Yasmin Martins apresentou os principais pontos de contribuição da Abraceel em relação à CP Aneel 51/21, que foram discutidos anteriormente com o grupo técnico da associação. Iniciou o debate afirmando que há um grande alinhamento da associação com as propostas apresentadas na referida consulta pública, embora com alguns pontos de dissonância.



Por exemplo, algumas medidas imputariam custos e burocracia desnecessários concomitantemente a um impacto não tão relevante na segurança de mercado, a exemplo da exigência de apresentação de um Sumário Executivo do plano de negócios e de Declaração de Apetite por Riscos. Sandoval argumentou que essa é prática do mercado financeiro e não há intenção da Aneel em criar uma burocratização sem análise real dos documentos. O diretor reforçou que aplicará a esse processo um pragmatismo que visa manter apenas aquilo que é útil.

Quanto aos critérios de manutenção, a associação apresentou o problema da penalização dos agentes ao se impor a suspensão da autorização durante o processo de alteração do controle societário.

Também se debateu qual seria a necessidade de estabelecer barreiras à atuação de comercializadoras inativas, com a argumentação de que estão sendo propostos critérios mais severos de manutenção das autorizações e não seria de interesse do regulador acompanhar isso visto que não se trata de um problema explícito.

Por fim, a Abraceel indicou que concorda com os critérios de saída mais severos e, ao abordar a aplicações de sanções, levantou a existência de dúvidas sobre a competência da CCEE de definir penalidades, uma vez que isso seria papel do regulador. Frederico Rodrigues lembrou, inclusive, que a Procuradoria Federal da Aneel já se manifestou sobre o caso há alguns anos, reafirmando que a aplicação de penalidades e dosimetria das penas é atribuição exclusiva do regulador.

Sandoval finalizou a reunião indicando que pretende dar celeridade a esse processo, de forma que ele seja encaminhado ainda neste ano ou, no máximo, no início do próximo.





Cpamp avança na adoção do PAR(p)-A e novos parâmetros do CVaR para 2023

Matéria em 1 minuto:

- O ajuste da metodologia do PAR(p)-A foi na PDDE e não deve impactar a geração de cenários. Essas análises metodológicas e testes preliminares, que compõem a etapa 1, estão em fase final de conclusão, previstas para finalizar em 25.10;

- Para os backtests e análises prospectivas, na etapa 2 serão selecionados quatro pares prioritários de CVaR, sendo o objetivo encontrar uma combinação que consiga cobrir de forma eficaz diferentes políticas operativas e garanta dispersão da aversão ao risco;

- O período de simulação do backtest será de dezembro/2015 a junho/2021 e das análises prospectivas será de dezembro/2021 a novembro/2022, sendo que o grupo pretende finalizar essa etapa até 15.12.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 20.10, o GT Metodologia da Cpamp realizou o 4º workshop do ciclo de trabalho 2021-22, que objetiva implementar o PAR(p)-A e a calibração do CVaR a partir de 2023. O ajuste da metodologia do PAR(p)-A foi na PDDE (Programação Dinâmica Dual Estocástica) e não deve impactar a geração de cenários. Essas análises metodológicas e testes preliminares, que compõem a etapa 1, estão em fase final de conclusão, previstas para finalizar em 25.10.

Para os backtests e análises prospectivas, na etapa 2 serão selecionados quatro pares prioritários de CVaR, sendo que o objetivo é encontrar uma combinação que consiga cobrir de forma eficaz diferentes políticas operativas e garanta dispersão da aversão ao risco.

A proposta é utilizar a família do alfa = 25% para o percentual das séries críticas, utilizando quatro pesos de lambda que tornem possíveis as análises de métricas físicas e financeiras. Dessa forma, os quatro pares que serão feitos sensibilidades com o PAR(p)-A são (25,20), (25,30), (25,40) e (25,50).





O grupo está pensando em métricas para avaliar o trade-off dos pares entre ganhos de armazenamento e custo da geração térmica. O período de simulação do backtest será de dezembro/2015 a junho/2021 e das análises prospectivas será de dezembro/2021 a novembro/2022, sendo que o grupo pretende finalizar essa etapa até 15.12. O próximo Workshop será no dia 10.11, das 9h às 11h, para apresentar o andamento da etapa 2. A Abraceel está aberta a sugestões e contribuições das associadas.

Ciclo de trabalho 2021/2022: PAR(p)-A + Calibração do CVaR

Objetivo final: Definir quatro pares (α, λ) de CVaR que apresentem um trade-off entre diferentes políticas operativas e dispersão da aversão ao risco.

Casos Base

- +PAR(p)+CVaR(50,35)
- +PAR(p)-A+CVaR(50,35)

Sensibilidades

- +PAR(p)-A+CVaR(25,20)
- +PAR(p)-A+CVaR(25,30)
- +PAR(p)-A+CVaR(25,40)
- +PAR(p)-A+CVaR(25,50)

$Z = \min (1-\lambda) \times E[CTO] + \lambda \times CVaR$

Proposta: A família $\alpha=25\%$ apresentou uma boa dispersão de políticas operativas, sendo utilizada as séries mais críticas para diferentes níveis de aversão ao risco. A proposta é utilizar essa família de percentuais de séries críticas, utilizando quatro pontos λ que tornem possível as análises dos trade-offs entre métricas físicas e financeiras.

CPM - Gestão Financeira por Meio de Modelagem e Programação Linear de Valor e Risco
SI MFC00028

Abraceel apresenta proposta de monitoramento da alavancagem ao Fase

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel reafirmou seu total compromisso com o tema da segurança de mercado e ressaltou que a proposta visa o fortalecimento dos procedimentos de monitoramento já adotados pela Aneel e CCEE;
- O objetivo da proposta é definir um processo de monitoramento das operações simples, com exigências progressivas, proporcionais aos impactos que os agentes podem provocar no mercado;
- É proposto o monitoramento da alavancagem mediante cálculo de um “Fator de Alavancagem” e a adoção do “Duplo Clique”.



Tempo de leitura:
2 minutos



Na última quinta-feira, 21.10, a Abraceel, acompanhada de Donato Filho, da Volt Robotics, apresentou a proposta de monitoramento da alavancagem ao Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE). A reunião contou com a presença de 45 participantes.



Na ocasião, a Abraceel reafirmou seu total compromisso com o tema da segurança de mercado e ressaltou que a proposta visa o fortalecimento dos procedimentos de monitoramento já adotados pela Aneel e CCEE.

O objetivo é definir um processo de monitoramento das operações simples, com exigências progressivas, proporcionais aos impactos que os agentes podem provocar no mercado. É proposto, inicialmente, o monitoramento da alavancagem mediante cálculo de um “Fator de Alavancagem”, mensurado pela razão entre uma Medida de Exposição e uma Medida de Capital. Adicionalmente, é sugerido que a adoção do “Duplo Clique” seja acelerada para incentivar o registro dos contratos formalizados e permitir o “desregistro” em caso de inadimplência bilateral.

A proposta completa foi detalhada no [Relatório Semanal do dia 06 a 10 de setembro](#) e sua [apresentação integral](#) está no site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

A reunião do FASE contou ainda com apresentações da Abrage, sobre a atual situação do atendimento à carga do SIN, da Thyos sobre a importância do complexo Jorge Lacerda, da Abradee sobre a campanha, em conjunto com a Aneel e MME, de uso consciente de energia elétrica e da Abiape sobre o cenário político do setor elétrico.



Conselheiro Marcelo Loureiro apresenta nota técnica sobre abertura do mercado da CCEE em primeira mão para a Abraceel

Matéria em 1 minuto:

- Loureiro informou que a proposta da Câmara está em linha com o estudo da Abraceel/Thymos;
- Apresentou os sete principais pontos que a Câmara abordou em sua proposta enviada à Aneel e ao MME;
- Pediu contribuições às associadas para as questões de divergência.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 18.10, o Conselheiro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Marcelo Loureiro, esteve reunido com a Abraceel e suas associadas para apresentar a proposta comercial sobre abertura de mercado da CCEE.



Reginaldo Medeiros iniciou agradecendo a disponibilidade do convidado e pela Abraceel ser a primeira Associação convidada a discutir a nota técnica que estuda nossa principal bandeira. Reiterou que a equipe está em fase de análise das contribuições da Tomada de Subsídios 10/2021 da Aneel, que trata sobre o mesmo tema. Vale destacar que as iniciativas da CCEE e Aneel decorrem de comando do MME, que determinou que as duas instituições apresentassem estudos até janeiro de 2022 para subsidiar a atuação do Ministério. O evento contou com mais de 110 participantes.

Loureiro informou que a nota técnica da Câmara, apresentada à Aneel e ao MME, está em linha com o estudo da Abraceel/Thymos. Além disso, apresentou as três novas premissas da CCEE para a abertura, que deixam de ser “organizada, segura e gradual” e passam a ser “sustentável, contínua e previsível”.



O escopo da proposta e os temas abrangidos estão divididos em sete principais temas, apresentados a seguir.

Tratamento da medição

Segundo a CCEE, o processo de abertura pode ocorrer sem a troca dos medidores atuais. Entendem, porém, que novos produtos exigirão medidores mais sofisticados. Segundo Loureiro, a abertura da baixa tensão requer avanços na figura do agregador da medição, que faria a representação no atacado dos consumidores do varejo, trabalho que envolve todo o processo que vai da coleta dos dados até o seu envio à CCEE.

Supridor de Última Instância

Para a CCEE, a figura do Supridor de Última Instância (SUI) só é necessária para os consumidores que perderam seu fornecimento por motivos atribuíveis ao vendedor. Em um primeiro momento, tal atividade deveria ser realizada pelas distribuidoras, preferencialmente com separação contábil das atividades de comercialização e rede e garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

Consumidores de baixa renda permaneceriam atendidos pela distribuidora local, mas com liberdade para escolher seu próprio fornecedor.

Na visão da CCEE, consumidores atendidos pelo SUI deverão pagar tarifa que represente o caráter emergencial, devendo escolher um novo fornecedor em até três meses. Após esse período, os consumidores poderão receber um aumento na tarifa ou serem desligados, a definir.

Comercialização regulada

Inicialmente, o papel continuaria com as distribuidoras, para manutenção dos atuais fornecimentos, visto que a CCEE defende que as migrações sejam voluntárias.

Além disso, a CCEE entende que a separação fio e energia é necessária, mas não vinculante para a abertura do mercado.

Comercialização varejista

Sobre a comercialização varejista, Loureiro disse o processo está amadurecendo, com destaque para a previsão em lei da desmodelagem do consumidor inadimplente, mas que, todavia, ainda não foi regulamentada.

Nessa direção, mostrou os avanços regulatórios que precisam ser realizados para o tema: regulamentação pela Aneel do desligamento de consumidores inadimplentes, agregação de medição para simplificar os processos e revisão das obrigações para consumidores se organizarem como varejistas.



Modelo de faturamento

A CCEE defende o modelo de fatura única, pois acredita na simplicidade para o consumidor, na facilidade de identificação da inadimplência, além de evitar que se pague apenas um produto/serviço.

Contudo, reiterou preocupação com a tributação, o repasse dos valores entre os agentes e o compartilhamento de informações sigilosas, deixando ponto de interrogação sobre como esses pontos devam ser resolvidos.

Contratos legados e sobrecontratação

Loureiro mostrou dois caminhos para o tratamento dos contratos legados na perspectiva da Câmara.

O passo preferencial passa por evitar novos legados e reduzi-los. Nesse sentido, levaram recomendação ao Ministério de Minas e Energia para: (a) retirar o limite inferior previsto em lei para a contratação das distribuidoras, (b) rever os legados existentes, como o da Eletrobras e Itaipu, (c) separar lastro e energia, (d) permitir a gestão mais ativa da carteira das distribuidoras, (e) e aprimorar os vasos comunicantes entre os dois ambientes de contratação, como MVE e mecanismos de descontração.

Contudo, se essas questões não forem resolvidas, a CCEE acredita que haverá grande chance de ajuste da velocidade da abertura do mercado e um encargo decorrente de migração, ambos altamente indesejáveis.

Desconto no fio e CDE

A proposta da CCEE visa evitar o aumento da CDE e garantir a sustentabilidade das migrações. Para isso, propõe que o consumidor de baixa tensão não tenha acesso ao desconto das fontes incentivadas.

Loureiro informou que já materializaram a proposta em uma Nota Técnica para a Aneel e MME, que ainda a estão analisando e também a conveniência de a tornar pública.

Além disso, estão discutindo com a Aneel a abertura de consulta pública no próximo ano para tratar da agregação de medição.

Ademais, estão iniciando os trabalhos no desenho do SUI e estudos para mapear os consumidores ainda cativos e o perfil das carteiras das distribuidoras. Também estão trabalhando para divulgar o tema de separação fio e energia de forma mais didática.

A CCEE e a Aneel têm até 31 de janeiro de 2022 para apresentar ao MME as medidas regulatórias necessárias para abertura do mercado abaixo de 500 kW, conforme definido na Portaria MME 465/2019, Loureiro disse estar à disposição da associação para futuras discussões e pediu contribuições aos temas discutidos.



ABRACEEL NA MÍDIA



RODRIGO FERREIRA SERÁ NOVO PRESIDENTE DA ABRACEEL A PARTIR DE 2022

I Mega What

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



A SAÍDA DO CIPOAL ELÉTRICO

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Abraceel contribui com relatório do PL 1917

Está agendada para a próxima terça-feira, 26.10, a deliberação do PL 1917 de 2015, que cria a portabilidade da conta de luz. A expectativa era que houvesse deliberação da matéria na última quarta, 20.10.

A Abraceel também enviou contribuições ao relatório, com foco na antecipação da abertura e, pondo fim às cotas oriundas da MP 579, contribuímos com emenda propondo a licitação como regra geral ao final das concessões das usinas hidrelétricas, de modo que a energia elétrica gerada possa ser livremente comercializada pelo gerador nos mercados livre e regulado, com revisão das garantias físicas das usinas e o risco hidrológico sendo assumido - e gerido - pelo gerador hidrelétrico.

No entanto, o relator não finalizou a análise das contribuições recebidas até a data da reunião.

Como se trata de uma Comissão Especial, exclusiva para análise do tema, se aprovada na comissão e não havendo recurso ao Plenário, a matéria segue direto para o Senado. Especial, exclusiva para análise do tema, se aprovada na comissão e não havendo recurso ao Plenário, a matéria segue direto para o Senado.

Abraceel se reúne com associada Eneva

No dia 20.10, Reginaldo Medeiros, Bernardo Sicsú e Ângela Oliveira receberam Juliana Melcop e Marcos Cintra, da associada Eneva, para debater a agenda do mercado de energia, com foco nos projetos de lei da portabilidade.

Abraceel e BBCE começam a produção de novo e-book sobre derivativos, desta vez com participação também da CCEE



No dia 20.10, a Abraceel se reuniu com BBCE e CCEE para a criação de um novo e-book sobre derivativos, que versará sobre supervisão e monitoramento. O conteúdo integrará a série de e-books desenvolvidos em conjunto pela Abraceel e BBCE e agora contará também com a parceria da CCEE. A novidade visa contribuir para o conhecimento dos agentes do mercado, em especial os de comercialização de energia, sobre regulação, supervisão processos, capacitação de pessoas e tecnologias voltadas à segurança cibernética.



Abraceel participa de mais uma edição do Bahia Energia



No dia 27.10, às 18h, Reginaldo Medeiros representa a Abraceel no evento “Mercado Livre de energia – novos rumos e expansão de negócios” promovido pelo Bahia Energia 21. O evento será realizado no [zoom](#).

Contribuições Abraceel

Nesta semana, a Abraceel encaminhou contribuições para as seguintes consultas públicas: (i) 2ª Fase da CP Aneel 07/21, que busca receber contribuições para a minuta de ato de segurança cibernética no Setor Elétrico Brasileiro; e (ii) CP Aneel 63/21, que discute o Edital do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021.

CREG – Medidas adicionais se mantêm até o próximo período úmido

Em reunião no dia 15.10, a CREG decidiu por manter as flexibilizações hidráulicas nas usinas hidrelétricas Jupia e Porto Primavera neste próximo período úmido, até fevereiro de 2022. Em março de 2022 serão reavaliadas essas medidas em nova reunião da CREG.

GT MMGD - 4ª Reunião com os agentes

No dia 18.10, houve reunião do GT MMGD, que faz parte do Comitê PMO-PLD e que propõe analisar e propor a inclusão da mini e microgeração distribuídas na previsão de carga elaborada pelo ONS. Na ocasião, ONS e CCEE, coordenadores do GT, explicitaram a intenção de que esses dados sejam incorporados aos modelos NEWAVE e DECOMP a partir do PMO de maio do ano que vem. Quanto ao DESSEM, ainda estão sendo feitas avaliações de como adaptá-lo para que a inclusão ocorra. Na reunião também foram feitos esclarecimentos acerca do tema e foi apresentado o cronograma completo das próximas atividades desse GT.

CNPE aprova diretrizes de segurança cibernética

Em reunião no dia 20.10, o CNPE aprovou diretrizes sobre segurança cibernética aplicáveis ao setor elétrico. A proposta considera aspectos de prevenção, tratamento, resposta e resiliência do setor elétrico, bem como diretrizes centralizadas em processos, capacitação de pessoas e tecnologias voltadas à segurança cibernética.

Assembleia Geral da CCEE aprova Orçamento 2022 e nova Convenção Arbitral

Foram aprovados dois pleitos por unanimidade na Assembleia Geral Extraordinária da CCEE, que ocorreu no dia 19.10: (i) o orçamento para 2022, com aumento de





2% em relação ao deste ano; e (ii) a nova proposta de Convenção Arbitral, que será encaminhada para homologação pela Aneel.

ANA – Plano de Contingência para recuperação dos reservatórios

No dia 18.10, a ANA aprovou o Plano de Contingência para a Recuperação de Reservatórios do SIN, que indica medidas a serem adotadas no período úmido para promover o reenchimento dos reservatórios de Serra da Mesa, Três Marias, Sobradinho, Emborcação, Itumbiara, Furnas, Marechal Mascarenhas de Moraes, Jupia e Porto Primavera. Em comunicado oficial, foi informado que os próximos passos para implementação do plano consistem na promoção de ajustes junto aos setores afetados e a emissão dos atos da ANA necessários (Resoluções e comunicações). Além disso, a ANA recomendará ao ONS que os limites de defluências máximas passem a ser gradualmente adotados já a partir de novembro, antecipando, no limite das possibilidades da operação do SIN, o início da recuperação das acumulações. A ANA acompanhará a implementação e os resultados do Plano de Contingência por meio de boletins e Salas de Crise específicos.

Destaques do Encontro do PLD

O plano de contingência proposto pela ANA foi abordado no Encontro do PLD ocorrido no dia 20.10. A CCEE informou

que será dada a previsibilidade para o cálculo do PLD com base na publicação de documentos da ANA de efetivação das medidas. Ademais, foi discutido o caso do CVU da UTE Araucária, que está destoante nos decks do ONS e CCEE. A CCEE indicou que considera para o cálculo do PLD somente os despachos que tenham sido divulgados no Diário Oficial da União ou comunicados no PMO. Assim, como a alteração adotada pelo ONS decorre de um despacho da Aneel não publicado no DOU, a mudança não foi levada em conta pela CCEE. Para os agentes, evidentemente, essa diferença de interpretação traz insegurança e não confere a necessária previsibilidade ao processo de formação de preços.

Restrições Enquadradas na Previsibilidade para Cálculo do PLD

Plano de Contingência para a recuperação de reservatórios do SIN

- Publicado pela ANA em 18 de outubro;
- Indica medidas adicionais de operação dos principais reservatórios de regularização integrantes do SIN a serem adotados no período úmido 2021/2022, de dezembro de 2021 a abril de 2022;
- Consideração no cálculo do PLD: será dada previsibilidade para o cálculo do PLD com base na publicação do documento de efetivação da ANA.

Reservatório	Local	Documento de efetivação da ANA
Sobradinho	Serra da Mesa	Ofício da ANA para o ONS
Três Marias	Três Marias	Ofício da ANA para o ONS
Sobradinho	Sobradinho	Ofício da ANA para o ONS
Emboração	Emboração	Resolução ANA no DOU
Itumbiara	Itumbiara	Resolução ANA no DOU
Furnas	Furnas	Resolução ANA no DOU
Marechal Mascarenhas de Moraes	Marechal Mascarenhas de Moraes	Resolução ANA no DOU
Jupia	Jupia	Ofício da ANA para o ONS
Porto Primavera	Porto Primavera	Ofício da ANA para o ONS

No encontro também foi apresentada, nos resultados de contabilização, análise sobre pagamentos das distribuidoras, em que foi evidenciado que são majoritariamente compostos por encargos pagos, pela repactuação do risco hidrológico e por gastos no MCP.





Conselho do PPI aprova modelo de desestatização Eletrobras

Foi publicada, no dia 19.10, a Resolução 203 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, que aprova a modalidade operacional, ajustes e condições para a desestatização da Eletrobras.

A resolução detalha os atos de reestruturação societária da Eletrobras a serem realizados antes da desestatização, que objetivam segregar Itaipu Binacional e Eletronuclear da Holding, de forma a assegurar que permaneçam sob controle acionário da União. Além disso, exige que, previamente à desestatização, sejam promovidas alterações no Estatuto Social da Eletrobras, para incluir mecanismos de incentivo à pulverização acionária e reduzir a possibilidade de exercício de poder de controle por um único acionista ou grupo de acionistas. A resolução prevê, ainda, diversos atos e contratos para ser finalmente viabilizada a conclusão das obras da usina de Angra 3. Seguindo o que foi determinado pela Lei 14.182/2021, a resolução estabelece que o controle da União será pulverizado por meio da emissão de grande volume de novas ações (“oferta primária”). Caso essa oferta primária não seja suficiente para reduzir a participação direta e indireta da União para 45% ou menos do capital votante, poderá ser feita uma suplementação da oferta com a venda concomitante de ações da própria União (“oferta secundária”).

Aprovada Sistemática do Leilão de Reserva de Capacidade 2021

A Portaria 29/GM/MME, publicada no dia 20.10, definiu a sistemática a ser aplicada na realização do Leilão de Reserva de Capacidade 2021. Conforme anteriormente divulgado, a portaria define aceitação de propostas para dois produtos, de energia e de potência, cujos inícios de suprimento são, respectivamente, 2027 e 2026. Também estabelece que na definição de cada lance do produto energia, os vendedores deverão considerar as perdas elétricas até o ponto de entrega. Além disso, os parâmetros de CVU e inflexibilidade operativa deverão ser informados até às 12 horas de 22.10. A sistemática foi detalhada no Anexo da referida portaria.

Movimento Luz Livre da Omega



O Movimento Luz Livre é uma iniciativa liderada pela associada Omega Energia para acelerar a abertura do Mercado Livre de energia para todos os brasileiros. O objetivo é fazer com que os preços e serviços sejam cada vez mais vantajosos para todos os consumidores, que hoje, não têm o poder de escolha. Para mais informações, [clique aqui](#).





Abraceel participou de café com a Frente pelo Brasil Competitivo

A Frente Parlamentar Mista Pelo Brasil Competitivo promoveu café da manhã com o Ministro Bento Albuquerque. Ângela Oliveira representou a Abraceel no evento, que aconteceu no dia 20.10. Na pauta, foi dito que o PL 414/2021, que cria a portabilidade da conta de luz, é uma das prioridades da Frente. Na próxima semana, a Abraceel agendou encontro técnico com a Frente para apontar as alternativas regulatórias para a abertura do mercado, com destaque para a definição de um cronograma mais célere.

Abraceel recebe Cláudio Monteiro

No dia 21.10, Cláudio Monteiro, da associada Matrix, esteve na Abraceel e foi recebido pelo presidente executivo, Reginaldo Medeiros. Na pauta, a agenda do mercado de energia e as perspectivas futuras do setor elétrico brasileiro.

Alessandra Amaral visita a Abraceel

No mesmo dia, Alessandra Amaral, da associada Light, também foi recebida por Reginaldo Medeiros, na sede da Abraceel, para debater a pauta do mercado de energia.



PRÓXIMA SEMANA

26.10 – Terça-feira: Abraceel se reúne com o Movimento Brasil Competitivo para discutir o projeto de modernização do setor elétrico, às 11h;

Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, participa de reunião com a Clarke Energia, às 18h, para debater a agenda do mercado de energia.

27.10 – Quarta-feira: Reunião com o Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone, para apresentação do novo presidente executivo da Abraceel a partir de 2022, Rodrigo Ferreira, às 14h:30;

Abraceel se reúne com a diretora da Aneel, Elisa Bastos, para apresentação do novo presidente executivo da Abraceel a partir de 2022, Rodrigo Ferreira, às 15h30;

Abraceel se reúne com o diretor da Aneel, Hέλvio Guerra, para apresentação do novo presidente executivo da Abraceel a partir de 2022, Rodrigo Ferreira, às 16h;

Reginaldo Medeiros, presidente executivo da Abraceel, participa do Bahia Energia 21 para discutir os novos rumos e expansão de negócios do mercado livre de energia, às 18h.

28.10 – Quinta-feira: Abraceel realiza reunião com o Superintendente Alessandro Catarino da SRG/Aneel para discutir governança na formação de preços e revisão da Resolução Normativa 843/2019, às 10h;

- Abraceel se reúne com a diretoria do ONS para apresentação do novo presidente da Associação a partir de 2022, Rodrigo Ferreira, às 15h;

- Abraceel se reúne com o presidente da EPE, Thiago Barral, para apresentação do novo presidente da Associação a partir de 2022, Rodrigo Ferreira, às 17h.



CALENDÁRIO ABRACEEL

Novembro

18.11 – AGO para aprovação do planejamento e orçamento

25 a 27.11 – Encontro Anual do Mercado Livre

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.